



JULIANA ALVES GONÇALVES

**MERCOSUL:
Formação, Desafios e Perspectivas**

Brasília-DF

2009

JULIANA ALVES GONÇALVES

**MERCOSUL:
Formação, Desafios e Perspectivas**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Prof. Alaor Silvio Cardoso

Brasília-DF

2009

*“ O conhecimento não deve ser vertido na alma como se fosse licor,
mas deve ser incitado e gentilmente extraído de seu interior;
não para que a mente se encha com ele de fora para dentro,
como uma vasilha,
mas para ser inflamada e despertada. “*

Cudworth

DEDICO

Este trabalho à minha Família.

AGRADEÇO

a Deus,
por ter me acompanhado nessa longa caminhada;

aos meus Pais e irmãos
que me apoiaram e me incentivaram em todos os momentos;

ao meu marido pelo amor e compreensão;
as minhas filhas Isabella e Sophia pelo sorriso,
carinho, amor e compreensão permanentes;

Aos meus Orientadores,
especialmente ao Professor Alaor Silvio Cardoso,
pela força e encorajamento.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
1. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS.....	18
3. A Formação do Mercosul	30
3.1 Brasil-Argentina: do conflito à cooperação	30
3.2 Etapas e desenvolvimento institucional do Mercosul.....	32
4. OS PROVÁVEIS CAMINHOS PARA O FUTURO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DO MERCOSUL	37
4.1 Caminhos e Propostas	37
4.2 Proposta de Divisão do Mercosul.....	39
4.3 Alternativas para o futuro do MERCOSUL	43
5. O INGRESSO DA VENEZUELA NO MERCOSUL	50
5.1 Retórica Anti-Estados Unidos	52
5.2 Um PIB de 76% da América do Sul.....	53
5.3 Ligação do Caribe à Patagônia	54
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	60

LISTA DE SIGLAS

ACE – *Agrupaciones de Colaboración Empresaria*
ACOM – Associação de Consumidores do Mercosul
ADEBIM – Associação de Consumidores Brasileiros para Integração do Mercosul
Aladi – Associação Latino-Americana de Integração
Alalc – Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto
BEI – Banco Europeu de Desenvolvimento
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bloco Andino – Bolívia, Equador, Peru e Colômbia
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAC – Câmara Argentina de Comércio
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CARICOM – Mercado Comum e Comunidade do Caribe
CAVECOL – Câmara de Integração Econômica Venezuelano-Colombiana
CCM - Comissão de Comércio do Mercosul
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIRA – Câmara dos Importadores da República Argentina
CIU – Câmara de Indústrias do Uruguai
CMC – Conselho do Mercado Comum
Coadem – Colégio e Ordem dos Advogados do Mercosul
CPCM – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
FCES – Fórum Consultivo Econômico e Social
Fonplata – Fundo Financeiro da Bacia do Prata
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GENESE – Grupo de Estudos e Negócios dos Setores Empresariais
GMC – Grupo Mercado Comum
ICEX – Instituto de Estudos das Operações de Comércio Exterior
ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IED – Investimento Estrangeiro Direto
IMESI – Imposto Específico Interno

RESUMO

Esta monografia trata da análise da formação do MERCOSUL, seus desafios e perspectivas para o futuro do bloco e a abordagem quanto ao seu passado. Através da abordagem feita neste trabalho, entende-se que o Mercosul é hoje o principal instrumento de integração econômica e solidariedade política na América do Sul. A metodologia adotada neste trabalho consiste em: em dissertar a respeito do desenvolvimento do Mercosul, levando-se em conta os seus aspectos históricos, seu estágio atual e propostas para o futuro. Dada a complexidade e o caráter crescentemente sensível que se revestem hoje as negociações multilaterais e o grande interesse da política externa Brasileira pela integração regional e por uma liderança cada vez mais sólida na América do Sul, o Mercosul tende a exercer no futuro uma construtiva liderança no subcontinente e em toda a América Latina. O estudo traz em seu desenvolvimento o referencial teórico com uma abordagem da evolução histórica e formação dos blocos econômicos, os caminhos e propostas para o futuro da integração regional do Mercosul. O ingresso da Venezuela no Mercosul em 2007 como membro pleno ocasionou reações de caráter econômico e político, apresentado nos veículos de comunicação mais como um fator de preocupação do que como uma possibilidade de fortalecimento do bloco, os críticos ainda acentuam o desequilíbrio e a instabilidade do presidente Chávez.

Palavras-chave: MERCOSUL, Integração Econômica, Aspectos Históricos, Política Externa, Liderança.

ABSTRACT

This monograph deals with the analysis of the formation of Mercosur, its challenges and prospects for the future of the block and approach as to its past. Through the approach made this work, it is understood that the Mercosur is currently the main instrument of economic integration and political solidarity in South America. The methodology adopted in this study is: to expatiate on the development of Mercosur, taking into account its historical, its current stage and proposals for the future. Given the complexity and character that are increasingly sensitive today multilateral negotiations and the general interest of the Brazilian foreign policy by regional integration and a leadership increasingly strong in South America, Mercosur in the future tends to exert a constructive leadership in the subcontinent and throughout Latin America. The study provides the benchmark in its development with a theoretical approach to historical development and formation of economic blocks, paths and proposals for the future of regional integration of Mercosur. The entry of Venezuela in Mercosur as a full member in 2007 caused the reactions economic and political in nature, presented in the vehicles of communication as a factor of concern than as an opportunity to strengthen the bloc, critics also emphasize the imbalance and instability of President Chávez.

Keywords: Mercosur, Economic Integration, Historical Aspects, Foreign Policy, Leadership.

INTRODUÇÃO

Entre 1991 e 1994, o Mercosul, Mercado Comum do Sul, era descrito principalmente como um *processo* “para a construção de um mercado comum” entre quatro países, originalmente – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Atualmente permanece plenamente válido o objetivo principal desse mercado é a livre circulação de bens, fatores produtivos e serviços entre os países-membros, buscando sempre eliminar direitos alfandegários e que causem restrições não-tarifárias vigentes no comércio recíproco entre as nações participantes. Esse objetivo foi parcialmente alcançado durante a primeira fase de transição, restando a eliminação residual de alguns produtos sensíveis durante uma “segunda fase de transição”, de acabamento de sua zona de livre-comércio e de unificação de sua zona aduaneira.

O Mercosul, Mercado Comum do Sul, tem o objetivo de integrar estas quatro nações da América do Sul e tem se desenvolvido desde os anos 80, a partir das primeiras tentativas de cooperação econômica entre Brasil e Argentina.

Assumiu sua primeira conformação em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, perseverou no processo de unificação dos mercados da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai durante a primeira metade dos anos 90, a partir do Protocolo de Ouro Preto, de 1994, onde o bloco teve o seu marco institucional, adotando o formato de uma união aduaneira, com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum (TEC) em 1º de janeiro de 1995.

Os êxitos econômicos do Mercosul, bem como a forte capacidade de atração política que passou a exercer em seu imediato entorno geográfico, conduziram outros países da região a buscar formas de associação com os membros originais do esquema integracionista: assim, por meios de acordos de liberalização do comércio recíproco, Chile e Bolívia foram os primeiros vizinhos a se associarem ao bloco, tendo feito do Mercosul a base de uma grande zona de livre-comércio no cone sul latino-americano.

O Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994, confirma essa visão gradualista do processo de integração, ao reconhecer a importância dos avanços alcançados durante a fase de transição (entre 1991 e 1994) e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção de um mercado comum. O Protocolo não modifica os objetivos básicos que já tinham sido definidos no Tratado de Assunção; ele apenas adapta a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas desde aquela época e lista os órgãos encarregados de administrar a união aduaneira em implementação.

Em outros termos, o Mercosul pretendia ser, antes de mais nada, uma zona de livre-comércio, que é a primeira etapa das diferentes formas de integração entre dois ou mais países. Essa zona de livre-comércio, que significa a livre circulação de mercadorias nos territórios dos países-membros, é complementada pelo estabelecimento de uma política comercial conjunta dos países-membros em relação a terceiros países, o que implicou na definição de uma tarifa externa comum (TEC), conformando o que se denomina correntemente de união aduaneira, isto é, um grupo de países dotados de uma mesma estrutura tarifária em relação a terceiros países.

Essa união aduaneira é a conformação básica do Mercosul. Após essa fase, vem a verdadeira construção do mercado comum, que representa o terceiro grau dos

processos de integração. O aprofundamento eventual desse processo, através da definição de uma união econômica, tal como pretendida, por exemplo, pelos acordos de Maastricht (1992) da União Européia (UE), fica reservado para uma etapa mais avançada da unificação dos espaços econômicos do Cone Sul.

Vale ressaltar que desde 2004, a Venezuela também se tornou Membro Associado ao Mercosul e que, em dezembro de 2005, passou ao status de Membro pleno, ou seja, com direito de participar de todas as reuniões do Mercosul, mas só terá direito a voto quando tiver internalizado todos os requisitos para integrar a União Aduaneira.

Do ponto de vista institucional e político, o projeto integracionista do Mercosul, é tendencialmente comunitário, se aproximando do modelo norte-americano, exclusivamente livre-cambista. Apesar dessa vocação unificacionista nos planos político e econômico, o Mercosul evitou o “salto supranacional”, mantendo, tanto em sua primeira fase de transição como durante o processo de acabamento de sua união aduaneira, um esquema essencialmente intergovernamental de tomada e implementação de decisões.

Sendo assim, o capítulo um trará o referencial teórico do Mercosul alinhado-se a uma abordagem da evolução histórica e formação dos blocos econômicos, presente no capítulo dois relacionando os fatores produtivos e serviços entre os países membros do Mercosul.

O capítulo três considera os conflitos à cooperação, principalmente entre Brasil e Argentina, para as etapas do desenvolvimento institucional do Mercosul, o capítulo quatro evidencia caminhos para a integração regional do Mercosul e como seu texto foi substituído por outro mais flexível para que os participantes não precisassem tomar atitudes

definitivas, entretanto a crise pelas divergências tarifárias do Mercosul não passa despercebida.

Os conflitos entre Brasil e Argentina serão aprofundados no capítulo cinco, considerando o ingresso da Venezuela em 2007, o que gerou reações no âmbito econômico e político, ocasionados principalmente pela instabilidade de Hugo Chávez.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A integração, de caráter econômico, é um processo de criação de mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e da criação de instituições que permitam a coordenação ou unificação de políticas econômicas em uma região geográfica contígua ou não. Seus antecedentes estão no *Zollverein*, na Alemanha de 1834, onde os “burgos” eliminaram os impostos para aumentar o comércio entre si¹.

Segundo Balassa², na linguagem corrente, a palavra “integração” significa a junção de várias partes num todo. Alguns autores incluem a integração social neste conceito, outros consideram várias formas de integração internacional e tem sido o mesmo argumento utilizado de que a mera existência de relações comerciais entre economias nacionais independentes é um sinal de integração.

A autora³ propõe-se a definir integração econômica como um processo e uma situação. Encarada como processo daquela forma implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como desta pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais.

Ao se interpretar tais definições, deve-se distinguir uma integração de uma cooperação, a diferença não é só qualitativa, mas também quantitativa. Enquanto a cooperação inclui uma ação tendente a diminuir a discriminação, o processo de integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação. Por exemplo, cabem no âmbito da cooperação internacional, os acordos

¹ BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Clássica, 1964, p. 13

² Ibidem

³ Op. Cit.

internacionais sobre políticas comerciais, ao passo que a supressão de barreiras aduaneiras é um ato de integração. Distinguindo entre cooperação e integração, dá-se mais realce às características fundamentais desta – a abolição de discriminações em uma determinada área e damos um significado mais preciso ao conceito, sem necessidade de o diluir através da inclusão das diversas medidas no campo da cooperação internacional.

A integração econômica, tal como definida aqui, pode revestir várias formas que traduzem diferentes graus de integração. São estas: zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total.

Numa zona de livre comércio, os direitos (e as restrições quantitativas) são abolidos, mas cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não membros. O estabelecimento de uma união aduaneira implica, além da supressão das discriminações no que se refere ao movimento de mercadorias no interior da união, a igualização dos direitos em relação ao comércio com os países não membros. Num mercado comum atinge-se uma forma mais elevada de integração econômica, em que são abolidas não só as restrições comerciais, mas também as restrições aos movimentos de fatores produtivos. Uma união econômica distingue-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições ao movimento de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre as políticas. Finalmente, a integração econômica total pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional, cujas decisões são obrigatórias para os Estados membros.

Adotando a definição dada atrás, a teoria da integração econômica estará ligada aos efeitos econômicos da integração em suas diversas formas e com os problemas

que resultam das divergências existentes entre as políticas nacionais monetárias, fiscais, e outras. A teoria da integração econômica pode ser encarada com um aspecto da economia internacional, mas também alarga o campo da teoria do comércio internacional, na medida em que analisa a influência de uma fusão de mercados nacionais sobre o crescimento e examina a necessidade de coordenação das políticas econômicas no interior de uma união. Finalmente, a teoria da integração econômica deve considerar também elementos da teoria da localização. A integração de países vizinhos conduz à abolição de barreiras artificiais que impedem a atividade econômica contínua através das fronteiras nacionais e a alteração da localização da produção e as tendências da concentração e descentralização regionais daí resultantes, não podem ser convenientemente discutidas sem utilizar os instrumentos da análise locacional⁴.

No século XX não se criaram uniões aduaneiras significativas até ao fim da segunda guerra mundial, embora tenham sido feitas várias tentativas para integrar as economias de alguns países europeus. Sem entrar numa análise muito minuciosa, podem apontar-se os obstáculos políticos como as causas principais da falta de concretização destes projetos.

O período a seguir à segunda guerra mundial registrou maior progresso para a integração econômica na América Latina. A Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas preparou planos, a fim de criar uma zona de livre comércio que abrangesse todas as economias latino-americanas, tendo em vista a eventual transformação desta zona numa união aduaneira total. A proposta não foi aceita, mas conseguiram-se acordos em dois agrupamentos destes países. Em 1960, seis Estados sul-americanos, Argentina, Brasil, Paraguai, Chile, Peru e Uruguai, e o México concluíram um acordo

⁴ BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Clássica, 1964, p. 13

(Tratado de Montevideu) para o estabelecimento da Associação de Livre Comércio da América Latina, enquanto quatro países a América Central, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, assinaram um tratado criando o Mercado Comum da América Central.

O crescimento econômico surge como consideração primordial, no que diz respeito aos países subdesenvolvidos. Os países que seguem os conselhos dos defensores da doutrina do crescimento equilibrado podem procurar a integração econômica a fim de assegurarem mercado suficientemente vasto para o desenvolvimento paralelo de novas indústrias. Ao levar a cabo programas de industrialização, tornar-se-á importante o aproveitamento de economias de escala, que não são possíveis nos limitados mercados nacionais. Alega-se também que o estabelecimento de uma união intensifica o desenvolvimento econômico através do aumento do poder de negociação e da redução da vulnerabilidade externa dos países-membros. O interesse crescente pela integração dos países subdesenvolvidos pode atribuir-se, em parte, ao desejo de imitar o exemplo europeu e aos esforços deliberados para compensar os possíveis efeitos do desvio de comércio resultantes da União Européia.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

Segundo Beçak⁵, durante toda a história das civilizações ocorreram diversas alterações no domínio dos contornos territoriais, em razão de interesses econômicos relacionados à produção e ao abastecimento e da necessidade de auto-afirmação do poder que se impunha por meio da dominação e do uso da força militar.

Este movimento de ascensão e queda de impérios foi interpretado por alguns autores, entre eles Mackinder e Tocqueville⁶, como sendo um processo natural de desabamento dos antigos impérios, objetivando ceder espaço à ascensão dos novos.

Tomando como base o ano de 1750 é possível verificar a existência de sete impérios europeus: português, espanhol, holandês, francês, britânico, dinamarquês e russo. Assim, esta multipolaridade de poderes prevaleceu por mais de um século, de 1750 até 1885, quando se assistiu ao desabamento desses antigos impérios e à formação de um novo contorno mundial. Em 1943, o mundo assistia a bipolaridade entre os Estados Unidos e a União Soviética⁷.

Todo o período compreendido entre as duas Grandes Guerras foi marcado por uma busca incessante e competitiva entre Ocidente e Oriente na expansão do domínio territorial, com o objetivo de ganhar cada vez mais importância e influência no cenário internacional.

⁵ BEÇAK, Peggy. **MERCOSUL: Uma experiência de integração regional**, São Paulo : Contexto, 2000

⁶ Idealizado no auge da Guerra Fria, além de objetivar a recuperação Europa, significou a penetração do capital norte-americano e a contenção da expansão comunista, Apud BEÇAK, Peggy, op. Cit.

⁷ BEÇAK, Peggy, op. Cit.

Os instrumentos de conquista eram sempre os mesmos, vinham na forma de ajuda financeira e na garantia de segurança externa em caso de um eventual conflito entre países vizinhos da mesma área.

As zonas de equilíbrio eram representadas por aquelas nações que numa eventual mudança de alinhamento em relação às superpotências seriam capazes de afetar o equilíbrio internacional. As nações européias como um todo e o Oriente Médio são exemplos de regiões consideradas como zonas de equilíbrio, regiões caracterizadas por fortes contradições e desequilíbrios internos, altamente vulneráveis e dependentes das superpotências, como a América Latina, eram identificadas como pertencentes à zona periférica, caracterizada por ser uma faixa protetora na eventualidade de abalo ao equilíbrio internacional, e que por esta razão deveriam ser preservadas a qualquer custo, para ajudarem como escudo e fonte de reservas⁸.

Conforme argumenta Sandel: "O fim da Guerra Fria não significa o fim da competição global entre as superpotências". Decrescendo a dimensão ideológica, o que resta não é a paz e a harmonia, uma velha política global baseada nas potências dominantes competindo por influência e perseguindo interesses internos.

Segundo Kennedy⁹:

Os Estados Unidos eram país-membro de quatro alianças regionais de defesa e participantes ativos de uma quinta, tinham tratados de defesa mútua com 42 nações, eram país-membro de 53 organizações internacionais, e prestavam ajuda militar ou econômica a cerca de cem nações em todo o globo.

⁸ BEÇAK, Peggy, op. Cit.

⁹ KENNEDY, 1991, apud BEÇAK, Peggy, op. Cit.

Os Estados Unidos atuavam como guardiões do mundo, convictos de serem potência *leader* da política internacional, transformando-se em:

[...] autores da primeira grande revolução liberal mundial [...], em tutores de uma [...] experiência tentada na América [...], feita para resolver o problema universal da liberdade do homem e não apenas o seu problema de libertação nacional"

Segundo Beçak¹⁰, a União Soviética, por sua vez, de outro lado atuava principalmente no sentido de aumentar seu potencial de municiação, estreitando laços diplomáticos que pudessem garantir um futuro avanço sobre outras regiões, como ocorreu na América Latina (Cuba) e no Oriente Médio (Iraque e Afeganistão).

Para se ter uma idéia da proporção da transferência de renda ocorrida na primeira metade do século XX, basta verificar que em 1946 os Estados Unidos respondiam por um terço da produção mundial, acumulando reservas em ouro equivalentes a dois terços do total mundial.

No mesmo período, o Produto Nacional Bruto (PNB) de várias nações contabilizava níveis significativamente inferiores àqueles registrados em décadas anteriores. Na França, era igual à metade do valor apurado em 1938; na Alemanha, correspondia a um terço do valor de 1938; e na Itália, o nível era equivalente ao de 1911¹¹.

Especificamente em relação à América Latina foi implementado um programa de cooperação multilateral, denominado Aliança para o Progresso, que objetivava promover o desenvolvimento econômico-social da região, seguindo os princípios da Operação Pan-Americana, que proclamava a promoção conjunta do progresso econômico com justiça social.

¹⁰ op. Cit.

¹¹ BEÇAK, Peggy, op. cit.

Para atender a este objetivo, os Estados Unidos promoveram, a título de contribuição no primeiro ano de vigência do programa, um empréstimo de fundos públicos superior a um bilhão de dólares, destinado às ações de curto prazo necessárias aos programas nacionais de desenvolvimento¹².

Para atingir as metas que envolviam uma série de ações nas esferas política, social e econômica, a América Latina teria de crescer mais do que 2,5% per capita ao ano. Estes programas estavam baseados no conceito de pan-americanismo propagado por Bolívar em 1826, o qual propunha a integração conjunta da política, economia e sociedade entre todos os países das Américas.

No século XX, mais especificamente a partir da segunda metade da década de 1980, algumas mudanças de considerável importância redefiniram o quadro geopolítico até então delineado. Segundo Beçak¹³, estes fatos causaram um profundo impacto nos paradigmas internacionais e individualmente em cada país, levando os Estados Unidos a empreenderem uma nova estratégia para sustentação da sua hegemonia.

Baseados no princípio do livre comércio, começaram a se multiplicar os acordos de cooperação e complementação econômica, inicialmente entre dois ou três países e posteriormente entre um grupo maior, fazendo surgir blocos regionais de comércio, como eram mais conhecidos.

A integração natural, vinda da aproximação entre vizinhos contíguos, foi sendo aceita como um componente facilitador do processo integracionista tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto na América Latina, representando para esta última região uma possibilidade de acesso aos

¹² Ibidem

¹³ op. Cit.

cobiçados mercados dos países industrializados e também uma perspectiva de desenvolvimento¹⁴.

Na Europa, a aproximação começou com Itália, França, Alemanha e outros nove países vizinhos. Na América Latina, com a aproximação bilateral entre a Argentina e o Brasil. E na América do Norte, com o livre comércio entre o Canadá e os Estados Unidos.

A integração regional objetiva a remoção das barreiras de comércio entre as nações participantes de um bloco econômico e o estabelecimento de certos mecanismos de cooperação e coordenação entre elas.

Dentre os fatos que foram marco no comércio internacional de um modo geral, pode-se mencionar como relevantes os seguintes:

- 1889-1890: Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, de outubro de 1889 a março de 1890, a convite do Governo dos Estados Unidos, que pretendiam conformar uma união comercial das Américas, unificar procedimentos aduaneiros e de pagamentos, estabelecer regras para a propriedade intelectual e permitir investimentos em infra-estrutura.
- 1939-1941: Novas tentativas americanas de se concretizar uma zona de compensações hemisférica, ao abrigo dos esquemas inter-americanos de tipo defensivo concebidos na fase inicial da guerra européia; propostas americanas são no entanto recusadas pelos países latino-americanos.
- 1944-47: Conferência monetária e financeira de Bretton Woods, que decide a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco

¹⁴ BEÇAK, Peggy, op. Cit., p. 13

Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, e reuniões preparatórias para constituir uma "Organização Internacional do Comércio", terceiro pilar do sistema concebido em Bretton

- 1944-47: Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, através do Tratado de Londres e do Protocolo da Haia, decidem constituir uma união aduaneira, conhecida como BENELUX.
- 1947-48: Nas conferências interamericanas de Petrópolis e de Bogotá os países latino-americanos reclamam a implementação de um plano Marshall para a região: os Estados Unidos recomendam a abertura ao investimento estrangeiro privado.
- 1947-48: Conferência sobre Comércio e Emprego das Nações Unidas, em Havana, decide a criação de uma "Organização Internacional do Comércio": diversos países latino-americanos apóiam a constituição de "zonas de preferências comerciais", mas outros, adotando as posições multilateralistas norte-americanas, demonstram reservas em relação ao tema. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, negociado em Genebra, cláusulas comerciais, previa apenas o estabelecimento de zonas de livre-comércio e de uniões alfandegárias, tomando por base o modelo e a experiência nascente do BENELUX.
- 1948: A CEPAL, que tinha acabado de ser criada, defende a idéia da integração regional, mencionando, numa Resolução, a possibilidade de uma "união aduaneira" na América do Sul. Na Europa são criadas a Comissão Econômica para a Europa, da ONU, e a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), órgão de coordenação destinado a

administrar a distribuição da ajuda norte-americana no quadro do Plano Marshall, de recuperação econômica européia.

- 1950-51: Memorandum Monet e Plano Schuman lançam o processo de integração na Europa ocidental, mediante o Tratado de Paris, criando a CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que promove a administração comum dos recursos carboníferos e da produção siderúrgica da França, Alemanha, BENELUX e Itália e adotam o modelo até então inédito do Direito comunitário. A Europa também institui, no quadro da OECE e sob regulação do BIS, uma união de pagamentos, mas as moedas só serão livremente conversíveis no final da década.
- 1956: A CEPAL volta a defender a constituição de um "mercado regional" sul-americano como forma de acelerar o processo de industrialização. O intercâmbio intrarregional se liberaliza um pouco, com a adoção de acordos de tipo multilateral, mas a escassez de divisas fortes impõe limites aos fluxos comerciais. Os países europeus começam a pensar em formas mais avançadas de integração, segundo o modelo comunitário criado pela Alta Autoridade do Tratado da CECA.
- 1957-58: A assinatura e entrada em vigor do Tratado de Roma, constituindo o Mercado Comum Europeu, provoca grande repercussão na América Latina. Autoridades diplomáticas e econômicas dos países da região começam a considerar a idéia de uma "zona de preferências tarifárias" no cone sul regional, envolvendo a Argentina, o Uruguai e o Chile, países entre os quais era mais intenso o intercâmbio comercial. Em virtude das disposições restritivas do GATT (Artigo 24) se tem contudo

de passar diretamente ao modelo da zona de livre-comércio.

- 1957-59: Na Europa se restabelece a livre conversibilidade das moedas, numa situação de relativa estabilidade das paridades cambiais, segundo o modelo definido em Bretton-Woods em 1944. Na frente comercial, representantes latino-americanos em Genebra começam a reclamar a introdução de disposições especiais para os países em desenvolvimento no âmbito do GATT, sob a égide de um novo regime de concessões não submetidas ao princípio da reciprocidade.
- 1958-59: O Brasil articula o lançamento da "Operação Pan-Americana" de cooperação hemisférica, de forte conteúdo econômico. Início do processo negociador da integração regional na América do Sul.
- 1960: Assinatura do Tratado de Montevideu, criando a Associação Latino-americana de Livre Comércio, baseado fundamentalmente em projeto dos quatro países do Cone Sul. O objetivo último era a constituição de um mercado comum regional, a partir da conformação de uma Zona de Livre Comércio, num prazo de 12 anos, de conformidade com as regras do GATT.
- 1960-64: Negociação multilateral, na ALALC, de "listas comuns" e "listas nacionais", produto a produto, de rebaixas tarifárias e eliminação de restrições não-tarifárias, para a ampliação dos mercados, a liberalização do intercâmbio e o desmantelamento das medidas protecionistas vigentes no intercâmbio regional.

- 1962: Cuba solicita, sem sucesso, seu ingresso na ALALC; a Conferência de Punta del Este, sob pressão dos EUA mas com a oposição de diversos países da região, decide excluir Cuba do sistema interamericano.
- 1964: Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e reforma do GATT, com a introdução precisamente, abrindo caminho ao estabelecimento de um sistema de preferências em favor dos países em desenvolvimento sem obrigação de reciprocidade.
- 1965: Assinatura do Convênio sobre Créditos e Pagamentos Recíprocos (CCR), criando um sistema de compensação de pagamentos entre os países membros da ALALC, instrumento extremamente útil para a poupança de divisas.
- 1964-80: Onda de regimes militares na América Latina, além de tendências claramente substitutivas nas políticas econômicas (de industrialização e de comércio exterior) dos países da região afetam negativamente o processo integracionista, enquanto os países asiáticos começam uma lenta inserção na economia internacional, os países latino-americanos recuam relativamente em sua participação no comércio internacional.
- 1964-69: Paralisação do processo negociador multilateral para a definição de "listas comuns" na ALALC; políticas fortemente protecionistas (tarifas altas e restrições não-tarifárias) e desentendimentos políticos entre os países membros.

- 1967: Conferência de chefes de Estado e de Governos americanos em Punta del Este proclama o objetivo de se constituir um "mercado comum latino-americano" num prazo máximo de 15 anos, a partir de 1970.
- 1968-69: Primeiras fissuras no sistema de Bretton-Woods e crises monetárias no continente europeu levam os responsáveis políticos a considerar a utilidade de um aprofundamento do processo de integração comercial, inclusive em sua dimensão monetária. Relatório Werner, em 1970, propõe o objetivo de uma união monetária num prazo de dez anos.
- 1969: A clivagem entre países "comercialistas" (Argentina, Brasil e México) e "desenvolvimentistas" (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) faz com que estes últimos, sem abandonar formalmente a ALALC, decidam criar um subgrupo regional andino, através do Acordo de Cartagena, baseado no modelo do Direito comunitário. A Venezuela adere em 1973 e o Chile, vivendo sob um regime militar de orientação econômica liberal, abandona o Grupo Andino em 1976.
- 1969-75: O Grupo Andino evolui de forma bastante dinâmica em suas fases iniciais, com o estabelecimento de programas de desgravação tarifária, tarifa externa mínima comum, tratamento uniforme para o capital estrangeiro, regime comum sobre patentes, organismo de financiamento e programas setoriais de desenvolvimento industrial, instituição de um Tribunal de Justiça, de uma Comissão, da Junta e do Parlamento Andino. Entretanto, o caráter ambicioso do programa integracionista, aliado à recessão econômica que sacudiu a América Latina a partir da crise do petróleo (e, posteriormente, da dívida), levou a

uma desaceleração das metas propostas em 1969.

- 1970: Revisão necessária do programa de liberalização no âmbito da ALALC, com prorrogação até 1980 do período previsto para a implementação de uma zona de livre-comércio.
- 1971: A desvinculação do dólar do padrão-ouro definido em Bretton-Woods provoca enormes repercussões mundiais (inclusive a nacionalização do petróleo e a correção radical de seus preços), criando uma interação dinâmica relativamente inédita entre inflação e desemprego nas economias avançadas. Vários países em desenvolvimento são afetados pela duplicação do preço do petróleo, mas passam a receber empréstimos em petrodólares (pelos quais pagam juros flutuantes) reciclados pelo sistema financeiro internacional em expansão.
- 1970-80: A necessidade de expansão das exportações para zonas de moedas fortes e as restrições às importações provocam grande queda nos fluxos de comércio intrarregional e a exacerbação do modelo substitutivo. A ALALC é utilizada como alavanca dos processos de industrialização nacional.
- 1979: Rodada Tóquio de negociações comerciais do GATT aprova o princípio do tratamento preferencial e mais favorável para os países em desenvolvimento: cláusula de habilitação permite a outorga e o intercâmbio recíproco de preferências comerciais parciais, com a derrogação admitida da cláusula de nação-mais-favorecida.
- 1980: Assinatura do Tratado de Montevideo que institui a Associação

Latino-americana de Integração (ALADI), no quadro de amplo processo de reestruturação dos objetivos, compromissos e modalidades da integração econômica na região: eliminou-se a obrigação de elaboração de listas comuns, abandonou-se a fixação de prazos para o cumprimento das metas integracionistas (zona de livre comércio ou mercado comum) e passou-se a mecanismos mais flexíveis, de caráter bilateralista, para a conformação de uma "área de preferências tarifárias".

- 1982-85: Crise da dívida externa na maior parte dos países latino-americanos e prosseguimento das políticas protecionistas. A "Preferência Tarifária Regional", instituída em 1984 na ALADI, tem níveis meramente simbólicos, produzindo reduzido efeito comercial. O comércio regional que, a despeito das dificuldades existentes, havia alcançado o nível mais elevado de sua história em 1981 (24 bilhões de dólares), enfrenta forte queda e apenas voltaria a se recuperar em princípios da década seguinte.
- 1986: Declaração de Punta del Este, que dá início à Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT (e processo paralelo para os serviços); previstas para durar 4 anos, elas se estenderão até 1993.

3. A Formação do Mercosul

3.1 Brasil-Argentina: do conflito à cooperação

Conforme Almeida¹⁵, historicamente, Brasil e Argentina são países que tiveram diversos “altos e baixos” em suas relações políticas e comerciais. Em 1941, ambos fizeram um ensaio de “união aduaneira”, sem resultados efetivos em virtude de diferenças políticas e diplomáticas que se manifestaram entre os dois países depois do ataque japonês a Pearl Harbor e de tomadas de posição distintas no que se referia à atitude em relação às potências do Eixo. O comércio entre os dois países era regulado por acordos estritamente bilaterais, com aplicação limitada e condicional da cláusula da nação-mais-favorecida.

Entre os anos de 1953 e 1956 houveram algumas tentativas frustradas de aproximação política e econômica entre Brasil, a Argentina e o Chile, chamadas de novo “pacto ABC”, que encontraram a oposição de correntes pró-americanistas e anti-peronistas nesses países¹⁶.

Nesse sentido, Almeida¹⁷ reporta à reaproximação de Brasil e Argentina, dando conta de que depois de um longo período de afastamento recíproco, em 1959 houve uma reaproximação entre os dois países, onde introduziram um programa limitado de cooperação econômica e abriram para o estabelecimento da ALALC. Os regimes militares nos anos 60 empreenderam projetos de capacitação nuclear.

Entre 1975 e 1979 houve a negociação do Tratado Brasil-Paraguai, constituindo Itaipu Binacional para a exploração da hidroeletricidade do rio Paraná: fase

¹⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: Fundamentos e Perspectivas**. São Paulo, LTr, 1998

¹⁶ Ibidem

¹⁷ Op.cit.

caracterizada por rivalidades político-militares e econômico-comerciais entre os países da região, sobretudo Brasil e Argentina, que passaram a se enfrentar diplomaticamente em razão dos recursos hídricos da bacia do Paraná¹⁸.

Os presidentes civis da Argentina e do Brasil, em 1985, firmaram a "*Declaração de Iguaçu*", pela qual expressavam sua "firme vontade de acelerar o processo de integração bilateral" e criaram, para tal fim, uma Comissão Mista de Alto Nível, presidida pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países.

No ano seguinte, os dois países firmam a "*Ata para a Integração Brasil-Argentina*", estabelecendo, segundo modalidades baseadas na complementação industrial, o Programa de Integração e Cooperação Econômica, de caráter "gradual, flexível e equilibrado" e prevendo tratamentos preferenciais frente a terceiros mercados. No mesmo ano diversos protocolos foram assinados bilateralmente.

Ao final da década de 80, foi firmado o "*Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento*" entre Brasil e a Argentina, com o objetivo de consolidar o processo de integração bilateral e instituir, numa primeira etapa, um espaço econômico comum no prazo máximo de dez anos e a harmonização das políticas aduaneiras, comercial, agrícola, industrial e de transportes e comunicações, assim como a coordenação de políticas monetária, fiscal e cambial; numa segunda etapa, se procederia à harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação do mercado comum.

Finalmente, através da "*Ata de Buenos Aires*", assinada no dia 6 de julho de 1990, começa a ser formado o que poderia ser chamado de "esboço" do Mercosul. Os Presidentes da Argentina e do Brasil decidem conformar o mercado comum bilateral até 31 de

¹⁸ ALMEIDA, Paulo Roberto de, op.cit.

dezembro de 1994, estabelecendo uma metodologia apropriada para tal fim (rebaixas tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, eliminação de barreiras não-tarifárias) e criam o Grupo Mercado Comum, de caráter binacional. Na mesma ocasião é firmado o Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.

Naquele ano firmou-se o Acordo de Complementação Econômica nº. 14, consolidando no âmbito da ALADI programa de liberalização comercial concertado no Tratado de Integração, nos prazos definidos pela Ata de Buenos Aires.

3.2 Etapas e desenvolvimento institucional do Mercosul

- 1990: Assinatura da "Ata de Buenos Aires" dá início a um processo de consultas e negociações com outros países da região com vistas à ampliação do processo de liberalização comercial entre o Brasil e a Argentina.
- 1991: Tratado de Assunção (26 março) para a constituição de um mercado comum entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai: definiu um programa de liberalização comercial de todo o universo alfandegário num período de transição até 31 de dezembro de 1994 e adotou os mecanismos de caráter intergovernamental já fixados no programa bilateral Brasil-Argentina (Conselho, órgão supremo, de natureza intergovernamental; Grupo Mercado Comum, órgão executivo, coordenando as atividades de onze subgrupos de trabalho; Comissão Parlamentar Conjunta, com representantes designados por cada Parlamento).
- 1991: "Acordo relativo a um Conselho sobre Comércio e Investimentos"

entre os quatro países do Mercosul e os EUA. O Chile e o México firmam na ALADI um acordo de liberalização do comércio, o Grupo dos Três (G3) começam negociações para a liberalização do intercâmbio entre Colômbia, Venezuela e México. Diversas outras iniciativas, na região andina, na América Central e no Caribe, relançam a integração continental, em bases subregionais.

- 1991: "Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias" (dezembro): mecanismo *ad hoc* de solução arbitral dos conflitos comerciais entre os países membros do Mercosul, adotado no 1º Conselho do Mercado Comum. O Mercosul não cria um Direito comunitário e continua a privilegiar o "modelo BENELUX" de caráter intergovernamental, de preferência a um sistema de tipo supra-nacional do tipo europeu.
- 1991-94: O Mercosul cria órgãos subsidiários e reuniões de ministros, entre elas a de ministros da Economia e presidentes de Bancos Centrais (anterior à própria vigência do Tratado), da Educação (Plano Trienal para o Setor), da Justiça, do Trabalho, da Agricultura, ademais de diversas reuniões especializadas: de meio ambiente, de cultura, de ciência e tecnologia, de turismo.
- 1992: O II Conselho do Mercado Comum adota, pela decisão nº. 1/92, um extenso programa de medidas ("Cronograma de Las Lerias") para o cumprimento dos compromissos fixados no Tratado de Assunção, isto é, a conformação do "mercado comum do Sul" até 31 de dezembro de 1994;
- 1992: Criação da "Comissão Sindical do Mercosul", por iniciativa da

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, entidade constituída em 1987, congregando centrais sindicais dos quatro países membros, ademais do Chile e da Bolívia, pelo Brasil participam a CUT, a CGT e a Força Sindical.

- 1993: Resolução n. 7/93 cria, no âmbito do GMC, o Grupo *Ad hoc* sobre Aspectos Institucionais, encarregado de formular propostas sobre a futura arquitetura jurídica do Mercosul (Artigo 18 do Tratado).
- 1993-94: Negociação da Tarifa Externa Comum (TEC) no Mercosul: diferenças de estrutura e de níveis de desenvolvimento industrial com o Brasil durante uma "fase de convergência" (até 2001-2006), de listas nacionais de exclusão (para bens informáticos e de capital, por exemplo).
- 1994: VI Conselho aprova diversos instrumentos reguladores do mercado comum em construção: protocolos sobre integração educacional, promoção e proteção de investimentos externos e jurisdição internacional em matéria contratual; acordo sobre transporte de mercadorias perigosas; regulamento sobre regime de origem.
- 1994: "Protocolo de Ouro Preto" (17 de dezembro), que modifica parcialmente o Tratado de Assunção e dá personalidade jurídica internacional ao Mercosul. A VII reunião do Conselho aprovou (com prazos adicionais para integração à TEC), diversos atos internacionais.
- A nova estrutura institucional definida no Protocolo de Ouro Preto (que ainda permanece intergovernamental) compreende os seguintes órgãos:
 - Conselho do Mercado Comum (CMC);

- Grupo Mercado Comum (GMC);
 - Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
 - Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
 - Fórum Consultivo Económico e Social (FCES);
 - Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).
-
- As Decisões do Conselho, as Resoluções do GMC e as Diretrizes da CCM constituem fontes jurídicas do Mercosul e são obrigatórias, de direito, para os Estados membros, todos os órgãos são igualitários, a tomada de decisão se faz por consenso, a coordenação principal se dá entre os ministérios das relações exteriores dos quatro países.
 - 1994: "Declaração Solene Conjunta entre o Mercosul e a União Europeia" (22.12, em Bruxelas), prevendo a negociação, em 1995, de um Acordo-Quadro Interregional de Cooperação Econômica, conduzindo, em última instância, à liberalização do comércio entre as duas regiões.
 - 1995: Entrada em vigor da União Aduaneira (parcial) do Mercosul, em 1º de janeiro. Encontro dos Presidentes do Cone Sul em Brasília, no dia 2 de janeiro: a Bolívia e o Chile negociam sua associação ao Mercosul.
 - 1995: Reunião especializada de ministros da cultura do Mercosul, em Buenos Aires (15/03), lança o "Mercosul Cultural", com a assinatura de Protocolo prevendo o funcionamento de 7 comissões. Bolívia e Chile poderão participar como observadores, como aliás em outras instâncias técnicas do Mercosul.
 - 1995: Encontro entre os ministros das relações exteriores do Mercosul e

da UE, no dia 17 março, em Paris, reafirma o objetivo de se chegar a um amplo espaço de cooperação e de integração unindo ambas entidades.

- 1995: Firmado o Acordo-Quadro de cooperação interregional entre a UE e o Mercosul, em Madri (dezembro): a liberalização comercial "deverá levar em conta a sensibilidade de certos produtos" (referência à Política Agrícola Comum) e as regras da OMC".
- 1996: Acordos de associação do Chile e da Bolívia ao Mercosul, previamente à negociação de acordos iguais com países do Grupo Andino.
- 1997: Acordo Brasil-Argentina, em novembro, decide elevar a Tarifa Externa Comum em três pontos percentuais, medida a ser implementada pelos quatro países membros até 31 de dezembro de 2000.
- 1997: Acordo-Quadro sobre serviços, dependente da negociação de protocolos setoriais para a liberalização de setores específicos.
- 1998: Díficeis negociações para a definição de um regime automotivo comum dos países do MERCOSUL e para a liberalização do setor açucareiro, protegido na Argentina e a incerteza de ser subsidiado no Brasil.

4. OS PROVÁVEIS CAMINHOS PARA O FUTURO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DO MERCOSUL

4.1 Caminhos e Propostas

A grande explicação retórica do governo argentino a favor do MERCOSUL e da integração latino-americana apenas dissimula a aceitação oficial da ALCA que Kirchner ratificou ao enviar vários sinais aprovatórios ao projeto de dominação comercial que os Estados Unidos impulsionam.

Segundo Becerra et al.¹⁹ a aceitação legislativa do regime de propriedade intelectual propiciado pelos laboratórios estrangeiros e o comando que o ex-funcionário menemista Martín Redrado exerce em todas as negociações de livre comércio confirmam que o acordo com os Estados Unidos figura na agenda do governo da Argentina.

Esta aliança não requer a aceitação dos termos originais da ALCA. A versão inicial foi substituída por uma variante mais flexível, que exime os participantes de um compromisso único e prazos definitivos. Esta alternativa aprofunda a ameaça da conformação de uma área de livre comércio favorável centralmente aos interesses norte-americanos.

A ALCA constituiu somente uma instância de pressões norte-americanas para reduzir os impostos e internacionalizar os serviços. O outro âmbito dessa negociação foram os processos multilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC) e os acordos bilaterais. Neste marco, o governo argentino mantém, por um lado, a aliança com o Brasil para negociar em bloco com os Estados Unidos, enquanto que, por outro lado, não descarta seguir os passos dos países que optaram por convênios diretos com os Estados Unidos. Tudo

¹⁹ BECERRA, Luiz; CASTILLO, José; FLORIDO, Alfonso; GIGLIANI, Guillermo; KATZ, Claudio; LUCITA, Eduardo; **Outro Caminho Para a Integração Regional**, in “Documento dos Economistas de Esquerda (EDI)”, Trad. Helena Hutz, Rev. Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro, nº 14, p. 109-134, 20 de fevereiro de 2004, Disponível em www.delbra.cec.eu.int/, acesso 10 jun.2006

depende do jogo de interesses empresariais que opera no Ministério da Economia através de diferentes “*lobbies*”²⁰.

Na opinião de Becerra et al.²¹, para a Argentina qualquer avanço para o livre comércio terá conseqüências muito graves. Aceitar a manutenção dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos em troca de concessões pontuais na admissão de certos produtos no mercado norte-americano implicaria validar uma desigualdade estrutural nas relações comerciais entre dois países que competem com os mesmos produtos (alimentos) nos mesmos mercados de exportação.

No setor serviços, os Estados Unidos não visa em especial as escassas privatizações pendentes, e sim o deslocamento de seus concorrentes nos negócios de obras públicas e nas atividades relacionadas à saúde ou educação. Finalmente, não se deve esquecer que qualquer tratado reforçaria a transferência de soberania aos tribunais internacionais para resolver os litígios comerciais no momento que o país acumula demandas financeiras como conseqüência do “default”²².

Por detrás das negociações que houve pela ALCA está a crise contínua do MERCOSUL. Após mais de uma década do início desta associação, o Brasil e a Argentina não conseguiram avançar na conformação de uma área monetária comum e tampouco puderam superar suas divergências tarifárias. De fato, a união alfandegária não funciona porque a tarifa externa comum se encontra vazada pela drástica abertura que a Argentina implementou durante a convertibilidade sem nenhum acompanhamento por parte do Brasil. Por isso persistem as diferenças entre os regimes tributários vigentes em ambos os países. O

²⁰ Ibidem

²¹ Becerra et al., 2005, op. Cit.

²² Op. Cit.

regime para a entrada de bens de capital e o sistema de admissão temporária de importações da Argentina é, por exemplo, a antítese da proteção seletiva às compras externas que o Brasil impõe²³.

Frente a este resultado, numerosos analistas propuseram criar “Outro Mercosul”. Mas o problema não se fixa no nome, e sim no conteúdo do projeto. O Mercosul continuará servindo aos interesses da minoria capitalista caso gire em torno do melhoramento da rentabilidade das corporações sediadas em vários países. Beneficiará um grupo seletivo de corporações, caso se limite a promover “economias de escala” baseadas no “barateamento do custo salarial”. Com seu perfil atual, continuará aperfeiçoando a divisão do trabalho e o abismo entre zonas e regiões.

A única opção positiva é mudar as prioridades e colocar a integração a serviço das aspirações populares. Deve-se coordenar a solidariedade e não a competitividade de grupos multinacionais; assegurar a estabilidade do emprego e não a livre mobilidade dos capitais; eliminar a pobreza e a desnutrição e não as restrições aos negócios empresariais. Este tipo de integração não pode se desenvolver em torno do comércio, e sim deve se desenvolver em função das reivindicações sociais. A prioridade é unir os povos e não atá-los aos interesses de cada classe dominante.

4.2 Proposta de Divisão do Mercosul

Desgastado nos últimos anos pelos precários avanços na integração entre seus sócios originais, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Mercosul teve sua existência questionada nos últimos anos por teorias das mais diversas. Primeiro, falou-se em acabar com

²³ MARIN, Denise Chrispim. **Ipea propõe a divisão do Mercosul**. O Estado de São Paulo, 5/12/2005. Disponível em www.delbra.cec.eu.int/, acesso 10 jun. 2006

a união aduaneira e deixar o bloco restrito ao livre comércio. Depois, em diluir o Mercosul por completo.

Agora, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) propõe um ousado plano estratégico: dividir o Mercosul, para consolidar um mercado comum e um amplo pacto entre o Brasil e a Argentina até o final de 2014, que incluiria a unificação das moedas dos dois países a partir de 2017. Uruguai e Paraguai teriam inicialmente um engajamento mais limitado nesse projeto²⁴.

Concluído pelos economistas Fábio Giambiagi e Igor Barenboim em novembro de 2005, o estudo sugere que o Mercosul acabou comprometido pelas suas fragilidades, pela instabilidade macroeconômica da região e pelo processo de estabilização de alguns membros, como o Brasil.

Os autores partem do princípio de que uma "arquitetura flexível", com o recuo estratégico para fórmula original (Brasil e Argentina), restauraria a credibilidade interna e externa do acordo. Ou seja, seria recuperado o teor do Tratado de Buenos Aires, de 1988, que previa o mercado comum apenas entre Brasil e Argentina, a exemplo da União Européia, construída a partir da aproximação França-Alemanha. Giambiagi e Barenboim imaginam que, em vez de administrar o dia-a-dia, como vêm fazendo desde 1999, Brasil e Argentina poderiam criar um "bloco de duas velocidades ou de geometrias variáveis". Ou seja, as relações entre os dois principais sócios de um lado, com os demais, de outro.

Os presidentes dos quatro atuais sócios do Mercosul se prepararam para seu encontro semestral, em Montevideu, em janeiro de 2006, dispostos a agregar a Venezuela ao bloco. Eles estariam dispostos a discutir o assunto? "A pergunta que cabe fazer é: do ponto de

²⁴ Ibidem

vista dos interesses nacionais de cada país, especialmente Brasil e Argentina, é melhor encarar o mundo que se vislumbra para 2015 ou 2020 sozinhos ou em conjunto? Se a resposta for pela última opção, então é necessário começar desde muito antes a se preparar para isso", argumentam os autores do trabalho.

O estudo apresenta um projeto sistemático, que nada tem a ver com os acordos assinados entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner. O ideal seria que Brasil e Argentina concluíssem em 2008 dois protocolos que definiriam suas estratégias e objetivos.

Para tanto, o trabalho sugere que os presidentes nomeiem ministros extraordinários para a integração, com plenos poderes, "como os que Pedro Parente, ex-ministro da Casa Civil, teve durante a crise energética de 2001 para enfrentar esse problema", diz Giambiagi.

Um dos protocolos limitaria o Mercosul atual (incluindo Uruguai e Paraguai) a uma área de livre comércio. Com isso, os sócios ficariam livres para firmar acordos comerciais com terceiros países. A rigor, os economistas imaginam que esse suposto recuo permitiria constituir uma área de livre comércio, da Terra do Fogo ao México, até 2015.

Esse acordo também fixaria o objetivo do Brasil e da Argentina de constituir um mercado comum. Na prática, isso significaria a conclusão do livre comércio em todos os setores - incluindo açúcar e automóveis - e também da união aduaneira, com a redefinição de uma nova Tarifa Externa Comum (TEC) e sua aplicação plena a partir de 2011 pelos dois países. Seriam criadas instituições comuns e compromissos de coordenação macroeconômica.

Dados importantes sobre as dimensões do Mercosul devem ser levados em consideração como a população, PIB, comparativos de importação e exportação, bem como o

crescimento do comércio intra-bloco, dados estes que serão tratados em momentos específicos desta dissertação para melhor compreensão do bloco.

O Mercosul é hoje uma realidade de dimensão continental e esse fato pode ser comprovado com os seguintes números:

População	
País	Número
Argentina	40.482.000 (est. Julho 2008)
Brasil	196.342.592 (est. Julho 2008)
Uruguai	3.477.778 (est. Julho 2008)
Paraguai	6.831.306 (est. Julho 2008)
Venezuela	26.414.816 (est. Julho 2008)

Fonte:MDIC

Área Total	
País	Área
Argentina	2,766,890 Km ²
Brasil	8,511,965 Km ²
Uruguai	176,220 Km ²
Paraguai	406,750 Km ²
Venezuela	912,050 Km ²
Total	12.773.875 Km²

Fonte: MDIC

PIB (paridade com poder de compra)	
País	PIB
Argentina	US\$526.4 bilhões (est.2007)
Brasil	US\$1.849 trilhões (est.2007)
Uruguai	US\$37.5 bilhões (est.2007)
Paraguai	US\$26.7 bilhões (est.2007)
Venezuela	US\$334.3 bilhões (est.2007)

Fonte:MDIC

Esses dados coloca o Mercosul entre as quatro maiores economias do mundo, após NAFTA, União Européia e Japão .²⁵

²⁵ HOLANDA, Enir Guerra Macêdo. **A Saúde no Mercosul e Integração Regional**, in Integração Regional entre Países e Repercussões nas Políticas Sociais de Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 22 de março de 2006. Disponível em www.saude.gov.br, acesso em 25 de março de 2009.

"A chave para justificar essa estratégia é o potencial de ganhos de escala para as empresas dos dois países ao somar os mercados para efetivamente ampliar o alcance da produção", assinala o estudo. "Se isso acontecer, a Argentina e o Brasil iriam muito provavelmente se constituir em um poderoso fator de atração de investimentos na próxima década."

4.3 Alternativas para o futuro do MERCOSUL

O avanço do Mercosul, combinado aos movimentos que as duas economias (Brasil e Argentina) fizeram na direção da abertura comercial e financeira nos últimos anos criaram uma nova realidade cujas implicações ainda terão de ser melhor compreendidas. Em uma palavra: interdependência²⁶.

Para Franco²⁷, quando Brasil e Argentina eram economias fechadas e não havia interesse na região por parte do mercado internacional de capitais, os eventos de um país não afetavam em nada o vizinho. Agora é diferente, e as políticas econômicas nacionais ainda não atinaram para isso.

Do lado comercial, os volumes cresceram bem mais que a média do comércio com outras regiões, e durante muito tempo. Não apenas cresceu a parcela do comércio intra-bloco sobre o total, como o comércio cresceu muito em áreas onde o produto é "comercializável" apenas na região, ou seja, produtos que dificilmente podem ser

²⁶ FRANCO, Gustavo H. B. Sobre o Futuro do Mercosul. Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/t2.htm>, acesso 10 jun. 2006

²⁷ Ibidem

redirecionados para outras partes na eventualidade do mercado regional se fechar, como por exemplo, os automóveis argentinos exportados para cá²⁸.

Pode-se verificar que a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, além da eliminação das restrições existentes sobre o comércio recíproco, a criação de uma tarifa externa comum, a adoção de políticas comerciais comuns face a terceiros países e a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, trouxeram não só certo entendimento entre os países membros como fizeram aumentar a balança comercial em números significativos como se verifica no relatório do comércio exterior brasileiro com os países membros do Mercosul, tanto exportação quanto importação :

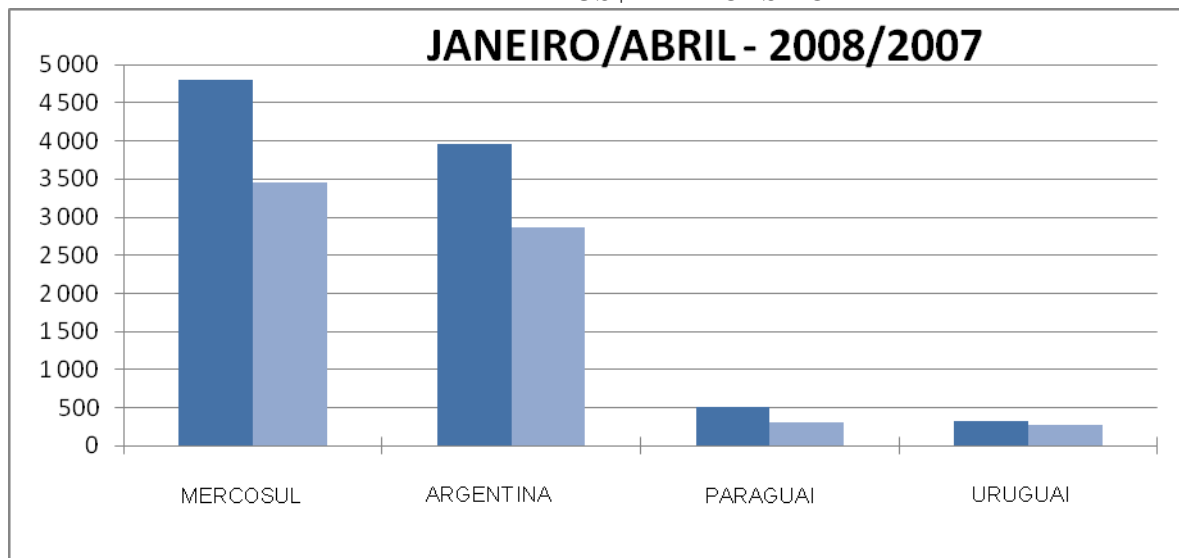
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO - MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL									
Ano	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADOS		
	US\$ F.O.B (A)	Var.%	Part.%(**)	US\$ F.O.B (B)	Var.%(*)	Part.%(**)	SALDO (A-B)	CORRENTE COMÉRCIO (A+B)	COBERTURA (A/B)
2000	7.739.599.181	14,18	14,04	7.796.208.525	16,03	13,96	-56.609.344	15.535.807.706	0,99
2001	6.374.455.028	-17,64	10,94	7.009.674.042	-10,09	12,61	-635.219.014	13.384.129.070	0,91
2002	3.318.675.277	-47,94	5,49	5.611.720.224	-19,94	11,88	2.293.044.947	8.930.395.501	0,59
2003	5.684.309.729	71,28	7,77	5.685.228.972	1,31	11,76	-919.243	11.369.538.701	1
2004	8.934.901.994	57,19	9,24	6.390.492.978	12,41	10,17	2.544.409.016	15.325.394.972	1,4
2005	11.746.011.414	31,46	9,91	7.053.699.272	10,38	9,58	4.692.312.142	18.799.710.686	1,67
2006	13.985.828.343	19,07	10,15	8.967.386.709	27,13	9,82	5.018.441.634	22.953.215.052	1,56
2007	17.353.576.477	24,08	10,8	11.624.752.344	29,63	9,64	5.728.824.133	28.978.328.821	1,49
Dezembro 2007	1.507.911.537	-6,28	10,6	1.179.391.417	-3,52	11,13	328.520.120	2.687.302.954	1,28
2008	21.737.308.031	25,26	10,98	14.933.627.214	28,46	8,62	6.803.680.817	36.670.935.245	1,46
Dezembro 2008	1.269.060.428	-15,73	9,18	1.002.852.709	-12,99	8,71	266.207.719	2.271.913.137	1,27

Obs: (*)VAR % : CRITÉRIO DE CÁLCULO : Anual: Sobre o anterior na mesma proporção mensal / Mensal: Sobre o mês anterior. (**) PART %: Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil IMPORTAÇÃO : Base ALICE - Dez/08, País de Origem. Dados definitivos até Dez/96. Dados preliminares para os meses seguintes.
EXPORTAÇÃO : Base ALICE- Dez/08, País de Destino Final

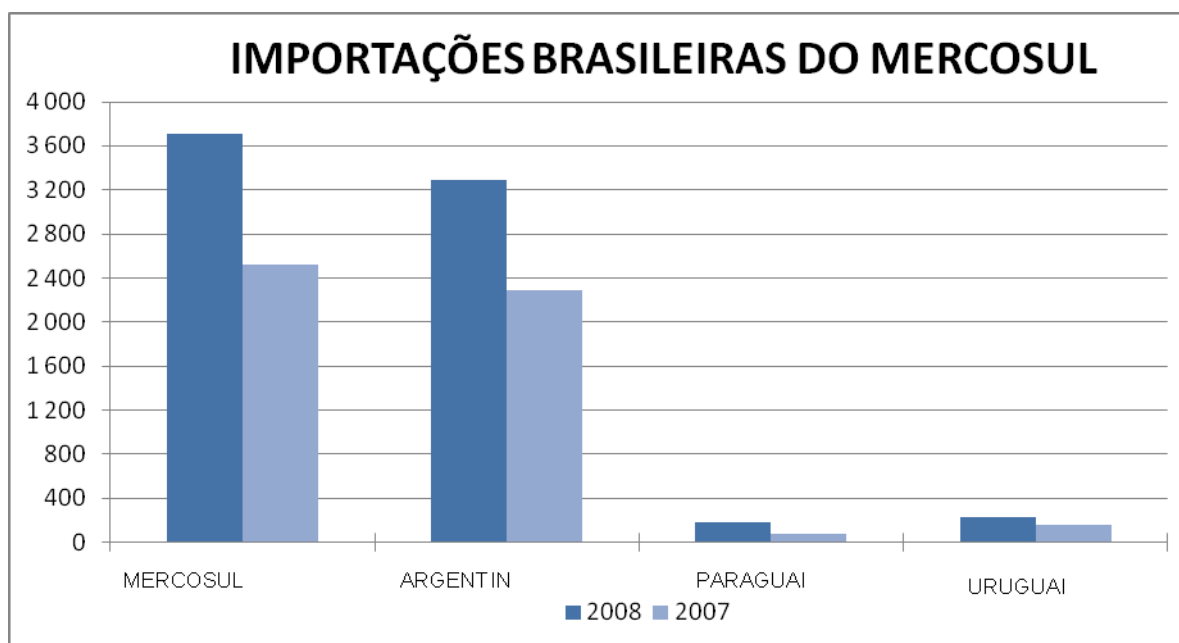
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - SECEX

²⁸ Cf. FRANCO, Gustavo H. B., op. cit., o exemplo oposto é o do petróleo, o qual pode ser vendido em qualquer parte

Exportações Brasileiras para o Mercosul:
- US\$ MILHÕES FOB -



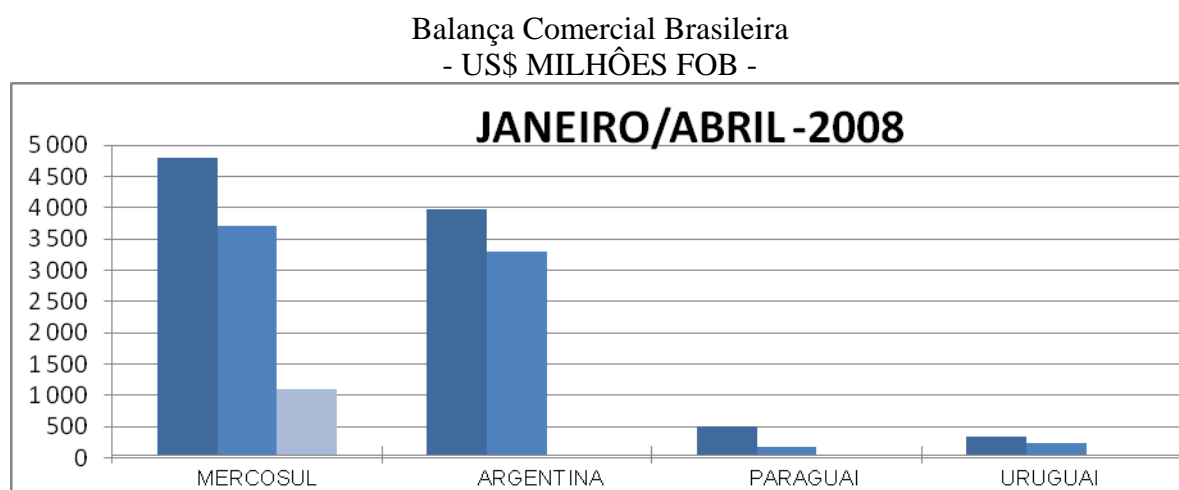
Fonte: Sistema Alice Elaboração: Secretaria do Comércio Exterior – SECEX



Fonte: Sistema Alice Elaboração: Secretaria do Comércio Exterior – SECEX

Balança Comercial Brasil - MERCOSUL/ 2007				
Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	1.013.616.733	757.603.849	256.012.884	1.771.220.582
FEV	1.056.414.152	772.060.353	284.353.799	1.828.474.505
MAR	1.378.920.932	991.652.590	387.268.342	2.370.573.522
ABR	1.295.343.304	819.179.185	476.164.119	2.114.522.489
MAI	1.429.993.902	946.838.554	483.155.348	2.376.832.456
JUN	1.422.106.184	915.541.059	506.565.125	2.337.647.243
JUL	1.611.298.083	991.114.757	620.183.326	2.602.412.840
AGO	1.684.310.240	1.045.539.985	638.770.255	2.729.850.225
SET	1.567.790.841	959.056.479	608.734.362	2.526.847.320
OUT	1.776.931.657	1.024.559.562	752.372.095	2.801.491.219
NOV	1.608.938.912	1.222.412.975	386.525.937	2.831.351.887
DEZ	1.507.911.537	1.179.391.357	328.520.180	2.687.302.894
Acumulado	17.353.576.477	11.624.950.705	5.728.625.772	28.978.527.182

Fonte: MDIC



Fonte: Sistema Alice Elaboração: Secretaria do Comércio Exterior – SECEX

Na opinião de Franco²⁹, há também, um bom tanto de "desvio de comércio", ou seja, os parceiros menores do bloco compraram coisas de nós que possivelmente comprariam melhor de outros países fora do bloco. Não obstante, há investimento direto cruzado de certo vulto, e diversos grupos organizados regionalmente.

Mas Franco³⁰, ao tempo em que questiona, também responde:

²⁹ Op. cit.

³⁰ Op. cit.

Mas quais são exatamente as implicações desse novo estado de coisas?

Basta imaginar que se os argentinos tiverem de passar por alguma ruptura em suas políticas econômicas nos próximos meses: (i) será muito difícil argumentar que não foi causada pela nossa desvalorização; e (ii) será para nós uma outra crise que vai nos atrapalhar a vida durante um bom tempo, e cuja defesa poderá prejudicar a vizinhança novamente e gerar um processo cumulativo de fechamento recíproco.

A interdependência significa contaminação imediata, para o bem ou para o mal. Toda ação vai gerar uma reação. Quando é para o bem, os países parecem entrar num jogo de soma positiva, e avançam na integração. Quando é para o mal, o jogo é de soma negativa, e pode levar ao desastre. Pode ser, mas não necessariamente deve ocorrer.

A região que mais teve problemas ao longo desse século com a interdependência, e dentro da qual se tentou tudo para levar vantagem em cima do vizinho, entrou no século com uma moeda comum. A lição européia é simples: interdependência requer coordenação, pois é preciso evitar o conflito, que é sempre um jogo de perdedores.

Outra lição européia, é que não é necessariamente verdadeiro que a coordenação tenha de levar à integração monetária. Pelo contrário, minha percepção do processo europeu é que a melhor parte do processo já ficou para trás: a chamada "convergência", que foi um extraordinário e inédito exercício de coordenação, que teve efeitos tremendamente positivos para todos os países. Já os benefícios da moeda única em si não se têm tanta clareza ainda quais são e quais serão. Possivelmente não existirão, mas o que se fez para chegar a ela foi tremendamente positivo. Nesse terreno, o processo é mais importante que o fim³¹.

³¹ FRANCO, Gustavo H.B., op. cit.

Franco³² afirma que:

Tanto Brasil quanto Argentina desdenharam o tema da coordenação macroeconômica. Os brasileiros porque achavam que era um truque argentino para permitir que eles escapassem de seu "currency board", impressão que foi apenas reforçada pelo "factoide" criado em torno da moeda única pelos argentinos. E os argentinos porque pareciam mais preocupados em criar fatos que aumentassem a robustez do seu "currency board", quem sabe encorajando o Brasil a caminhar por aí.

Como resultado disso, o subgrupo de coordenação macroeconômica no Mercosul não andou absolutamente nada. E as conversas em níveis mais altos também não. Hoje elas talvez ocorram por conta de um terceiro, o FMI, que está em ambos os países fornecendo "âncoras".

Não basta apenas esperar que o bom senso da diplomacia, e das lideranças políticas, apague os incêndios comerciais que forem aparecendo, e os focos vão certamente se multiplicar. A crise do bloco só vai terminar mesmo com alguma inovação no terreno da coordenação macroeconômica que não tenha nada que ver com moeda comum.

O Mercosul tem como ato fundacional o Tratado de Assunção, assinado em 1991, pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, estes considerados Estados-parte. Tal tratado e o Protocolo de Ouro Preto, este segundo assinado em 1994, são considerados os principais instrumentos jurídicos do processo de integração em questão. Apesar do bloco ser bastante jovem, sua constituição deriva de um processo lento que ainda hoje alterna períodos de avanço e retrocesso. Em 1997, o Mercosul estreitou seu diálogo com Chile e Bolívia, integrando-os como membros associados.

Na opinião de Sauerbronn³³, o futuro do Mercosul depende do tratamento de vários outros pontos de divergência. Apesar do Ministro das Relações Exteriores, Celso

³² Op. cit.

Amorim, ter afirmado diversas vezes que prioriza as negociações com a Alca no formato quatro mais um, ou seja, Mercosul-Estados Unidos, o bloco não tem aparentado coesão em vários aspectos.

Recentemente, por exemplo, ao invés de lançarem um único candidato à Direção da OMC como bloco, dois Estados-parte, Uruguai e Brasil apresentaram candidatos distintos. O Brasil foi derrotado e não obteve apoio dos governos do bloco, nem de alguns países latino americanos, principalmente por ter apresentado seu candidato depois do Uruguai já ter um, aparentando uma manobra diplomática ambiciosa, mas ao mesmo tempo desastrada e tardia³⁴.

Agora o país se depara com uma situação desconfortável, apoiar um candidato defensor dos subsídios agrícolas que tanto condenou nos recentes embates na OMC, ou o candidato uruguaio que desafiou e criticou abertamente.

Acontecimentos assim marcam a imaturidade do bloco. E levam os especialistas a terem impressões distintas sobre o futuro do Mercosul. Em fevereiro/2005 o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), realizou em suas dependências, com apoio da Fundação Konrad Adenauer, duas mesas-redondas para discutir e avaliar os rumos do Mercosul. E informou que especialistas e acadêmicos apresentam opiniões divergentes sobre o processo de consolidação do bloco e sua aproximação com a União Européia³⁵.

Dentre as críticas feitas pelo grupo, destacam-se “a assimetria dos projetos de desenvolvimento na América Latina, que não têm consistência e resultam em iniciativas integracionistas descontínuas”. Bem como “falta de transparência nos documentos, agendas e posições, o que desestimula a participação da sociedade civil e prejudica estudos sobre o tema”, divulgou o CEBRI.

³³ SAUERBRONN, Cristiane. é jornalista e pós-graduanda em Relações Internacionais. sessão “Especiais”, Disponível em www.MundoRI.com., acesso 10 jun. 2006

³⁴ Ibidem

³⁵ SAUERBRONN, Christiane, op. cit.

Os problemas que o Mercosul enfrenta e o explícito dissenso entre os países-membros precisam ser analisados com cuidado para não chegar a congelar o processo de integração. Sem maturidade e vontade política das partes envolvidas o bloco corre risco de se enfraquecer ainda mais em prol de discussões fúteis e vaidosas.

Por fim, Sauerbronn³⁶ entende que o futuro do Mercosul é uma questão de maturidade e vontade política, ou seja, que é preciso se ater a discussões relevantes que acelerem a integração ao invés de optar por caminhos que possam acabar por complicá-la.

5. O INGRESSO DA VENEZUELA NO MERCOSUL

Em novembro de 2007 , o presidente Lula aprovou por ampla maioria a ratificação pelo Brasil do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul.

A decisão do governo venezuelano de ingressar no Mercosul como membro pleno despertou uma série de reações de caráter econômico e político. Uma série de matérias publicadas em diversos jornais no segundo semestre de 2006, apresenta a novidade como um fator de preocupação, mais do que como uma possibilidade de fortalecimento do bloco sul-americano. Essa abordagem multiplica-se com um efeito cascata pela mídia³⁷.

O jornal *Estado de São Paulo* reproduz uma matéria da inglesa BBC, que por sua vez reproduz matéria publicada no jornal *El Universal*, de Caracas. O título da matéria: “Empresários venezuelanos vêm com reserva entrada no Mercosul”. E logo abaixo: “Empreendedores estão preocupados com as ‘assimetrias’ entre Brasil e Argentina”. O teor geral das três matérias, que são uma só, na verdade, é crítico à Venezuela e ao Mercosul.

³⁶ Ibidem

³⁷ WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Por que o ingresso da Venezuela no Mercosul incomoda?** Disponível em www.agenciacartamaior.com.br, acesso em 07/06/2006.

Essa abordagem multiplica-se pela mídia e, em razão do perfil que possui no mercado internacional, a situação complica. A Venezuela é o 5º maior exportador mundial de petróleo, tem a 8ª maior reserva de gás do mundo e representa o 3º maior mercado consumidor da América do Sul.

Segundo Weissheimer³⁸, um dos entrevistados é Silvano Gelleni, presidente da Confederação da Indústria Venezuelana (Conindustria), que critica o fato de o presidente Hugo Chávez não ter consultado os empresários antes de se decidir pela assinatura do protocolo de adesão. Segundo Gelleni, as assimetrias entre as economias de Venezuela, Brasil e Argentina preocupam os empresários. “O tamanho da produção do país vizinho é pelo menos dez vezes maior do que o da nossa”, afirmou, referindo-se à economia brasileira.

A mesma matéria cita uma entrevista concedida pelo então presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, ao jornal *Financial Times*, onde ele ameaça deixar o Mercosul se Brasil e Argentina não abandonarem suas “políticas protecionistas”. Duarte acusa os dois países de egoísmo e hipocrisia: “Juntos, os países do Mercosul condenam o protecionismo dos EUA e da União Européia, quando as mesmas práticas persistem entre nós”³⁹.

O presidente Lula vê esta associação como modelo de parceria para outros países sul-americanos e que esta “aliança estratégica” se baseia em três pilares: o diálogo político, a ampliação do comércio de bens e serviços e a integração da infra-estrutura, destacam ainda a negociação de uma cooperação dos dois países na área de defesa, como a defesa da Amazônia e o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

³⁸ op. cit.

³⁹ WEISSHEIMER, Marco Aurélio, op. cit.

5.1 Retórica Anti-Estados Unidos

Além das ressalvas econômicas, esses críticos também acentuam um suposto fator de desequilíbrio e instabilidade que seria representado pelo presidente Chávez. O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, reproduziu esse discurso, realizado em maio de 2006, manifestando preocupação com a “retórica anti-Estados Unidos” de Chávez. Até a senadora Heloísa Helena, candidata à presidência da República pelo P-SOL resolveu “tirar uma casquinha” do presidente venezuelano. Ao comentar o ingresso da Venezuela no Mercosul, ela disse que se for eleita, “nem Bush, nem Chávez mandarão no Brasil”⁴⁰.

Em Caracas, ao falar na cerimônia oficial de ingresso da Venezuela, Lula abordou esse problema político, negando que a inclusão do novo parceiro causará problemas nas relações entre os países da América do Sul e os EUA.

Ninguém vai importar ideologias ou vai vender ideologias, nós vamos trocar experiências científicas e tecnológicas, vamos trocar produtos. Até agora não vi nenhum conflito, vi uma guerra verbal. A Venezuela não deixou de vender nem um litro de petróleo para os Estados Unidos, nem os Estados Unidos deixaram de comprar nenhum litro da Venezuela⁴¹.

Além disso, enfatizou que a parceria com a Venezuela não se limita à área comercial, manifestando apoio à candidatura do país andino como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), pretensão esta que vem

⁴⁰ WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Por que o ingresso da Venezuela no Mercosul incomoda?** Disponível em www.agenciartamamior.com.br, acesso em 7 jun. 2006

⁴¹ Palavras do presidente Lula, que acrescentou que, com o ingresso da Venezuela, o Mercosul tomará dimensões continentais.

enfrentando forte oposição por parte do governo dos EUA. A Casa Branca quer evitar o fortalecimento político de Chávez no continente, seja em que âmbito for⁴².

5.2 Um PIB de 76% da América do Sul

Independentemente das críticas, o fato já está consumado. Quinze anos após a criação do bloco, por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o Mercosul recebeu seu quinto membro-pleno. O protocolo de adesão foi assinado, em Caracas, pelos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da Argentina, Nestor Kirchner, do Paraguai, Nicanor Duarte, e do Uruguai, Tabaré Vázquez. Segundo esse protocolo, a Venezuela assume de imediato as obrigações do Tratado de Assunção e dos Protocolos de Ouro Preto e Olivos⁴³.

Segue tabela para visualização do PIB do Mercosul com a entrada da Venezuela:

PIB (preço corrente)	
País	PIB
Argentina	US\$526.4 bilhões (est.2007)
Brasil	US\$1.849 trilhões (est.2007)
Uruguai	US\$37.5 bilhões (est.2007)
Paraguai	US\$26.7 bilhões (est.2007)
Venezuela	US\$334.3 bilhões (est.2007)

Fonte: MDIC

A previsão é de que até 2010, o país já tenha adotado a Tarifa Externa Comum e outras normas comuns aos demais países do Mercosul⁴⁴.

⁴² WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Por que o ingresso da Venezuela no Mercosul incomoda?** Disponível em www.agenciartamamior.com.br, acesso em 7 jun. 2006

⁴³ Ibidem

⁴⁴ Idem

Em 2006 os números que cercaram o ingresso da Venezuela não deixaram de impressionar. Com o ingresso do novo membro, o Mercosul passa a ter mais de 250 milhões de habitantes, uma área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados, um PIB de mais de US\$ 1 trilhão (o que representa 76% do PIB sul-americano) e um comércio global superior a US\$ 300 bilhões⁴⁵.

O presidente da Argentina, Nestor Kirchner, destacou a importância da decisão, qualificando-a como

um passo qualitativo que vai consolidar a perspectiva de projeção da região em direção ao mundo, à própria América, América Latina e aos processos de integração que este espaço do mundo está precisando para que definitivamente tenha voz e força⁴⁶.

Kirchner também aproveitou a visita a Caracas para assinar um acordo de aliança estratégica da Argentina com a Venezuela. Chávez, por sua vez, disse que o ingresso da Venezuela no Mercosul significa a colocação de mais algumas pedras fundamentais para a liberação da América do Sul e para a concretização de um grande projeto sul-americano. “A união sul-americana hoje mais do que nunca é possível. Hoje começa uma nova etapa, não só na história da Venezuela, mas também na história sul-americana”, afirmou o presidente venezuelano.

5.3 Ligação do Caribe à Patagônia

O papel estratégico desempenhado pela Venezuela no continente também foi destacado pelo presidente Lula.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ apud WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Por que o ingresso da Venezuela no Mercosul incomoda?** Disponível em www.agenciartamajior.com.br, acesso em 7 jun. 2006

É um país de quase 30 milhões de habitantes que está num processo de desenvolvimento muito bom. É um país que faz a ligação do Caribe com a Patagônia e nós consideramos muito importante a entrada da Venezuela para que os países do Mercosul entrem no bloco⁴⁷.

Lula aproveitou a ocasião também para tentar diminuir o clima de críticas dentro do bloco, críticas que revelam o descontentamento do Uruguai e do Paraguai. Lula reconheceu a necessidade de ajudar o desenvolvimento dos países menores do Mercosul e cobrou do Congresso Nacional brasileiro a votação de dois fundos de apoio ao bloco, um destinado ao Mercosul como um todo e outro específico para o Paraguai. Segundo Lula, Brasil e Argentina terão muito mais tranquilidade de ver o Mercosul crescer quando puderem ajudar mais o Uruguai e o Paraguai⁴⁸.

Para além das possibilidades de ampliação das trocas comerciais entre os países do bloco, o ingresso da Venezuela já representou um pequeno avanço para a diminuição da tensão vivida por Argentina e Uruguai em torno da questão da construção das fábricas de celulose no lado uruguaio. Os presidentes Kirchner e Tabaré Vázquez protagonizaram um “cálido abraço”, como descreveu o jornal *Clarín*, durante a assinatura do protocolo de adesão, no Teatro Teresa Carreño.

Os presidentes “cumprimentaram-se efusivamente e chegaram a trocar várias palavras, sorrindo”, descreveu o jornal argentino. O gesto provocou um entusiasmado aplauso dos demais chefes de Estado e funcionários presentes. E isso ocorreu poucos dias de a Corte Internacional de Haia emitir sua decisão acerca do conflito das papeleiras que divide atualmente os dois países. Novo integrante do Mercosul, Chávez já se comprometeu a ajudar

⁴⁷ Ibidem

⁴⁸ apud WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Por que o ingresso da Venezuela no Mercosul incomoda?** Disponível em www.agenciaportaleiro.com.br, acesso em 07/06/2006.

a encontrar uma solução para resolver de maneira negociada o conflito entre seus parceiros de bloco.

CONCLUSÃO

A inserção do Brasil na economia mundial não se dá apenas pela via do comércio, em termos de acesso a mercados de bens, requer também, e talvez principalmente, acesso ao mercado de capitais e de tecnologia, o que, normalmente, só é encontrado no mundo desenvolvido.

De qualquer modo, mesmo no plano do comércio de bens, o Brasil é um *global trader* com interesses muito diversificados e com clara preferência por um sistema de comércio multilateral e não-discriminatório.

O Mercosul, como bloco econômico, já produziu excelentes resultados comerciais. Continua, portanto, merecendo alta prioridade da Política Externa Brasileira. Deve-se reconhecer a importância do Mercosul como plataforma de inserção e liderança regional do Brasil, com efeitos positivos no quadro econômico e geopolítico mundial, além de se tratar de tema altamente estratégico para este país.

Pela dotação natural de recursos do Cone Sul, pelas dimensões territoriais e demográficas dos países-membros, pela sua relevância econômica e política regional e internacional e pela diversidade agrícola e industrial já alcançada pelas economias nacionais de seus constituintes, o Mercosul apresenta-se como um dos mais importantes blocos econômicos no mundo contemporâneo.

É seguramente o de maior peso relativo no conjunto dos países em desenvolvimento, muito embora possa parecer modesto no confronto com os demais blocos comerciais do mundo ocidental, como, por exemplo, o da União Européia (UE) e o do Acordo

de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), que congrega os Estados Unidos, Canadá e México.

A crise do Mercosul não acabou, o Brasil e a Argentina obtiveram avanços sobre uma área monetária comum, a união alfandegária não funciona, graças a tarifa externa comum prejudicada pela abertura que a Argentina incorporou durante a convertibilidade sem acompanhamento, além das diferenças dos regimes tributários vigentes no Brasil e Argentina.

Outro desafio do Mercosul é ter em seu projeto um conteúdo que atenda as necessidades de seus países membros, sem ferir os interesses uns dos outros e diminuir o abismo existente entre zonas e regiões acerca do aperfeiçoamento da divisão do trabalho.

Essas divergências, fragilidades e instabilidade macroeconômica entre os países membros, fez com que sua existência fosse questionada, falando-se até na dissolução do bloco, visto que, o Mercosul pratica o egoísmo e a hipocrisia, alvos de críticas dos países do Mercosul contra os Estados Unidos e União Européia.

Sem negar que a inclusão do novo parceiro implicará problemas nas relações entre os países da América do Sul e os EUA, já que a política de Chávez gera instabilidade e desequilíbrio, aumentando o descontentamento do Uruguai e Paraguai, dentro do bloco, que necessitam de uma atenção maior dos outros países membros para que o Mercosul possa crescer com tranquilidade.

Por todo o exposto, entende-se que o Mercosul é hoje o principal instrumento de integração econômica e que apesar da intenção de solidariedade política na América do Sul, isso não acontece. Dada a complexidade e o caráter crescentemente sensível

de que hoje se revestem as conversações da ALCA, o Mercosul poderá no futuro exercer uma construtiva liderança no subcontinente e em toda a América Latina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto. Texto apresentado na reunião do grupo de trabalho do PSDB em 23 de abril de 2002

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: Fundamentos e Perspectivas**. São Paulo, LTr, 1998

/

BALANÇA COMERCIAL MERCOSUL, Estatísticas de Comércio Exterior, dezembro 2008. Disponível em www.desenvolvimento.gov.br, acesso em 25 de março 2008

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Clássica, 1964, p. 13

BEÇAK, Peggy. **MERCOSUL: Uma experiência de integração regional**, São Paulo : Contexto, 2000

BECERRA, Luiz; CASTILLO, José; FLORIDO, Alfonso; GIGLIANI, Guillermo; KATZ, Claudio; LUCITA, Eduardo; MARCHINI, Jorge; MENDEZ, Andrés; RESELS, Pedro. **Outro Caminho Para a Integração Regional**, in “Documento dos Economistas de Esquerda (EDI)”, Trad. Helena Hutz, Rev. Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro, nº 14, p. 109-134, 20 de fevereiro de 2004, Disponível em

FOSCHETTI, Mozart. **Relações Econômicas Internacionais**. São Paulo, Aduaneiras, 1999, p. 22

FRANCO, Gustavo H. B. Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/t2.htm>

GOMES, Marcel. **As três pedras no caminho da política externa Brasileira**, 06/jun/2006, Disponível em www.agenciartamamior.uol.com.br, Acesso em 06/junho/2006

HOLANDA, Enir Guerra Macêdo. **A Saúde no Mercosul e Integração Regional**, in Integração Regional entre Países e Repercussões nas Políticas Sociais de Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 22 de março de 2006. Disponível em www.saude.gov.br, acesso em 25 de março de 2009.

KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional – Teoria e Política**. São Paulo: Makron Books, 2001, p.14-15

MARIN, Denise Crispim. Ipea propõe a divisão do mercosul. O Estado de São Paulo, 5/12/2005. Disponível em www.delbra.cec.eu.int/, acesso 10 jun. 2006

MERCOSUL, Guia do Exportador. Global 21, Outubro de 2008. Disponível em www.global21.com.br, acesso 25 de março 2009.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 11

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. São Paulo, Aduaneiras, 1997, p. 325-

326

SAUERBRONN, Christiane. **Sessão “Especiais”**, 25/abril/2005, Disponível em www.MundoRI.com, Acesso em 10 jun. 2006

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Por que o ingresso da Venezuela no Mercosul incomoda? , 06/junho/2006, Disponível em www.agenciartamajor.uol.com.br, Acesso em 06/junho/2006